

-----**ACTA N.º 2/2008**-----

-----Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e oito, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Celorico da Beira, sob a presidência da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Maria Margarida Cabral Lucas de Almeida Barros Moura, estando presentes os seguintes membros:

-----Carlos Jorge Ramalho;-----

-----José Albano Pereira Marques;-----

-----Albino Freire Bárbara;-----

-----Luís Carlos Fernandes Santos;-----

-----Gonçalo Manuel Rainho Camacho;-----

-----Carlos Alberto Cardoso da Cruz;-----

-----Manuel António de Almeida Portugal;-----

-----Horácio Monteiro Antunes;-----

-----José António Ramos da Costa;-----

-----José Carlos Oliveira Morgado;-----

-----António Rego Rodrigues Veloso;-----

-----Maria Silvina Achando da Cruz Santos;-----

-----António Manuel dos Reis Álvaro;-----

-----Júlio dos Santos Ambrósio;-----

-----Jorge José de Sousa Coelho;-----

-----Carlos Abel Gonçalves da Silva Patrocínio, Presidente da Junta de Freguesia de Açôres;-----

-----Armando Augusto, Presidente da Junta de Freguesia de Baraçal;-----

-----Manuel Naves, Presidente da Junta de Freguesia de Cadafaz;-----

-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Carrapichana;-----

-----Manuel Martins da Cruz, Presidente da Junta de Freguesia de Casas de Soeiro;-----

-----António Carlos Nunes Gomes, Presidente da Junta de Freguesia de Cortiçô da Serra;-----

-----José Albano Ferreira Paulino, Presidente da Junta de Freguesia de Lageosa do Mondego;-----  
-----Paulo Sérgio Silva Mimoso, Presidente da Junta de Freguesia de Linhares da Beira; -----  
-----José Pedro Gonçalves Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Maçal do Chão;-----  
-----João da Silva Cardoso, Presidente da Junta de Freguesia de Mesquitela; -----  
-----Paulo Jorge Malta Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal;-----  
-----Porfírio Miguel da Fonseca Galante, Presidente da Junta de Freguesia de Prados; -----  
-----Augusto Teixeira, Presidente da Junta de Freguesia de Rapa; -----  
-----Natália Batista Nobre, Presidente da Junta de Freguesia de Ratoeira; -----  
-----Luís Filipe da Fonseca, Presidente da Junta de Freguesia de Salgueirais; -----  
-----José Flor de Sousa, Presidente da Junta de Freguesia de Santa de Maria; -----  
-----Luís Manuel Albuquerque José, Tesoureiro da Junta de Freguesia de São Pedro, em substituição do Senhor Luís Filipe Ramalho da Costa Cardoso;-----  
-----Alexandrino Manuel Pereira Ferreira da Silva e Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Azares;-----  
-----Carlos José Osório Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Velosa;-----  
-----José da Silva do Adro, Presidente da Junta de Freguesia de Vide-Entre-Vinhas;-----  
-----Cristóvão Samuel Inocêncio Bernardo, Secretário da Junta de Freguesia de Vila Boa do Mondego, em substituição do Senhor César Ferrinho de Olival. -----  
-----

-----Faltaram a esta sessão os seguintes membros: -----  
-----Hélder António da Costa Gomes; -----  
-----Fernando Fonseca Veiga; -----  
-----Manuel João Inácio; -----  
-----Cláudia Maria Geraldês Aguiar; -----  
-----Luís Manuel do Nascimento Saraiva; -----  
-----Pedro Herlander Albuquerque José; -----  
-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento; -----  
-----Agostinho Augusto dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de  
Fornotelheiro. -----

-----Em virtude do segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal,  
Senhor Deputado Luís Manuel do Nascimento Saraiva ter faltado a esta  
sessão, foi convidado para desempenhar essas funções o Senhor Deputado  
Júlio dos Santos Ambrósio. -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia, secretariada pelos Senhores  
Deputados, António Manuel dos Reis Álvaro e Júlio dos Santos Ambrósio,  
na qualidade de primeiro e segundo secretários respectivamente, declarou  
aberta a sessão. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do número um, do artigo vinte e um, do Regimento da  
Assembleia Municipal de Celorico da Beira, procedeu-se à abertura de um  
período de tempo para “Intervenção do Público”. -----

-----O Senhor Vítor Martins começou por fazer referência a uma fossa  
séptica que se encontra junto ao seu terreno, pretendendo saber, para  
quando a construção de uma ETAR em São Pedro. -----

-----Pretendeu ainda saber, qual a resposta ao ofício enviado para a autarquia, relativamente aos danos provocados no seu carro (cárter partido), numa obra da Vila, junto à Escola de S. Pedro. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por cumprimentar todos os presentes e em resposta ao Senhor Vítor Martins disse que a fossa séptica existente nesse loteamento tem um prazo de duração, que já está ultrapassado, sendo necessário a construção de uma estrutura paralela, designadamente uma estação de tratamento que faça a recolha e tratamento dos RSU's.-----

-----Informou que as Águas do Zêzere e Côa têm prevista a construção da Etar de Celorico da Beira até Dezembro de 2008.-----

-----Relativamente ao acidente ocorrido na via pública, informou que o assunto tinha sido encaminhado para o empreiteiro responsável pela obra, uma vez que a Câmara transferiu para este, todas as responsabilidades inerentes à execução da empreitada. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**ASSUNTOS QUE NÃO ESTEJAM INSCRITOS NA ORDEM DO DIA**

-----De acordo com o disposto no artigo vinte e dois, do Regimento da Assembleia Municipal, a Senhora Presidente procedeu à abertura de um período de antes da ordem do dia, destinado ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o Município. -----

-----O Senhor Deputado **António Veloso** começou por referenciar uma situação que se vem verificando na Rua Fernando Pessoa, uma vez que a GNR multa todos os carros que se encontram estacionados em segunda fila, no entanto, não existe nenhuma sinalização que impeça o referido estacionamento.-----

-----Apelou à resolução deste assunto com a maior celeridade possível, sugerindo que o Executivo intercedesse junto da GNR, ou então, sinalizasse devidamente esse local. -----

-----De acordo com o disposto no número sete, do artigo vinte e dois, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar os esclarecimentos solicitados pelos Senhores Deputados. -----

-----Em resposta ao Senhor Deputado António Veloso, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que já havia sido alertado para essa situação, mas que o local só poderá ser devidamente sinalizado no fim das obras, tendo solicitado à GNR que tivesse em consideração essa situação. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** propôs que fosse adoptada a disposição que o salão nobre teve no anterior mandato, para que os Deputados possam ver o público presente na sala e se estabeleça uma maior empatia entre todos os intervenientes. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, que se anexa a esta acta (**anexo I**), solicitando a inclusão, na Ordem de Trabalhos da presente sessão ordinária, o seguinte ponto: Relatório de Avaliação da Actividade da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Celorico da Beira. -----

-----**A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com uma abstenção, aprovar esta proposta e incluir mais este ponto na ordem de trabalhos.** -----

-----I - **RESUMO DO EXPEDIENTE PARA CONHECIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**CONHECIMENTO SOBRE A JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO DE 29 DE FEVEREIRO DE 2008** - -----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento dos pedidos de justificação de faltas por motivos de ordem profissional, apresentados pelos Senhores Deputados:-----

-----Fernando Fonseca Veiga;-----

-----Carlos Alberto Cardoso da Cruz;-----

-----Nuno Miguel Rodrigues Nascimento.-----

-----**FALTAS JUSTIFICADAS – SESSÃO DE 30 DE ABRIL DE 2008**-----

-----Por motivos de ordem profissional faltaram os Senhores Deputados: -

-----Luís Manuel do Nascimento Saraiva;-----

-----Pedro Herlander Albuquerque José.-----

-----II - **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E OITO**-----

-----Foi presente a acta número um, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito, cujo texto havia sido previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada por maioria, com cinco abstenções, por os Senhores Deputados que se abstiveram, não terem estado presentes na referida reunião.**-----

-----III - **INFORMAÇÃO ESCRITA DO EX.MO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, BEM COMO, DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**-----

-----Nos termos do disposto na alínea e), do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco – A, de onze de Janeiro de dois mil e dois, o Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento por escrito da actividade do Executivo, desde a última sessão ordinária até à presente data, documento que se anexa a esta acta (**anexo II**).-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por fazer referência às obras em curso no Concelho de Celorico da Beira, referindo que na “Requalificação do Castelo de Celorico da Beira” falta a iluminação exterior e interior e o anfiteatro; relativamente à “Recuperação dos Moinhos da Rapa” estará pronta até ao final de Julho. -----

-----Fez referência às obras adjudicadas, sendo elas: “Elaboração da revisão do Plano Director Municipal de Celorico da Beira”; “Aquisição e instalação de Miradouro Virtual e Livro Mágico no Castelo de Celorico da Beira” e “Melhoramento do Espaço de Leilão de Gado da Carrapichana – Cobertura Parcial do Espaço”. -----

-----Referiu que em algumas destas obras houve colaboração por parte das Juntas de Freguesia, aproveitando para agradecer aos respectivos Presidentes de Junta a ajuda e empenho na execução das intervenções efectuadas. -----

-----Mencionou o levantamento de necessidades e algumas recuperações efectuadas a imóveis no âmbito do Programa de Conforto Habitacional para Idosos. Deu conhecimento, que existem casos que não puderam ser incluídos no programa porque não preenchem os requisitos exigidos por lei, mas que a autarquia terá de auxiliar, uma vez que se trata de situações de carência extrema. -----

-----Informou ainda, que a autarquia irá efectuar uma candidatura à segunda fase deste programa, esperando ser novamente contemplada,

frisou que a obra feita por este Executivo na área social é motivo de orgulho e regozijo por parte de todos.-----

-----Deu conhecimento que a Unidade Móvel de Cuidados Continuados já está em funcionamento e tem como principal objectivo dar apoio nas áreas de saúde e social, disponibilizando serviços de enfermagem, fisioterapia e acção social. -----

-----Informou que a autarquia já está a apresentar candidaturas ao QREN, designadamente aos programas SAMA (Sistema de Apoio à Modernização Administrativa - Eixo 5), Ecotecas Networks (Fundo Europeu para o Ambiente, Life +), Autarquia Segura (Programa Operacional do Potencial Humano, do Eixo 3), Agenda 21 Local, Protecção e Valorização Ambiental (Eixo 4), que considera serem uma mais valia para o Concelho. -----

-----Contudo, nem tudo está a decorrer como o perspectivado, informando que relativamente à Carta Educativa, a autarquia está atrasada e perdeu a 1.ª fase da candidatura, estando neste momento a serem encetados todos os esforços para se desbloquear esta situação. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** pretendeu saber qual era a instituição responsável pela ambulância e como se poderiam solicitar os serviços da mesma. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador José Luís Saúde Cabral. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que esta Unidade de Saúde Móvel de Cuidados Continuados de Celorico da Beira (UMSCB), integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados, resulta do protocolo de colaboração entre a ARS Centro e a autarquia celoricense. O projecto engloba uma carrinha, devidamente apetrechada com equipamento e técnicos, cedidos pelo Centro de Saúde de Celorico da Beira (fisioterapeuta, enfermeira,) e Câmara Municipal (técnico superior de acção social,

engenheira alimentar e um motorista credenciado e com Cursos de Primeiros Socorros e de condução de veículos de emergência). Esta Unidade de Saúde Móvel está identificada como “SOS-SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL AMIGA”, vai percorrer as freguesias do concelho para prestar cuidados de saúde básicos como: medir tensão arterial e diabetes, fazer pensos, dar injeções, bem como, serviço de apoio social, a todos os níveis.

-----É mais uma iniciativa do foro social, que vem dar resposta às necessidades da população, em especial à idosa, no que respeita à prestação de cuidados de saúde simples, evitando a deslocação ao Centro de Saúde e descongestionando as Urgências. -----

-----Disse ainda, que a autarquia irá elaborar panfletos, onde será dado conhecimento de todos os serviços prestados e como poderão usufruir dos mesmos.-----

-----De seguida, o Senhor **Deputado Carlos Ramalho** questionou sobre qual a diferença entre este serviço que está a ser prestado e aquele que foi alvo de chacota no passado.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** disse que se foi alvo de chacota foi por parte de pessoas que desconheciam o trabalho que está a ser prestado por esta unidade móvel. -----

-----Continuou dizendo, que esta viatura no passado, não estava paga, não tinha seguro e não existia qualquer protocolo com a ARS Centro para o seu funcionamento, situações que o actual Executivo solucionou e pôde assim colocar ao dispor dos munícipes Celoricenses mais um equipamento que irá contribuir para uma melhoria da sua qualidade de vida. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** frisou que na área social, todo e qualquer trabalho realizado ainda é pouco, e como tal, nunca em hipótese alguma, deverá ser alvo de chacota qualquer iniciativa realizada neste âmbito. -----

-----  
-----**IV - POS-CONHECIMENTO: "ESPAÇO INTERNET DE CELORICO DA BEIRA" - PROJECTO N.º 63/2.1/C/CEN**-----

-----Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia foi dado conhecimento do teor da informação proveniente do POS – Conhecimento, relativamente à falta de elementos solicitados no ofício de 29/01/08, com o n.º 445/08/JQ/pf. Também devem solicitar uma reprogramação financeira entre rubricas, pois verificou-se que a execução ultrapassou a última reprogramação aprovada pelo POSC. Conforme o quadro descrito que se anexa a esta acta (**anexo III**), as rubricas a negativo devem ser compensadas com outras, com verba disponível. -----

-----Sem estes elementos não é possível efectuar o encerramento do projecto, bem como, fazer o acerto da retenção POSC. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva, para uma explicação mais detalhada.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que esta situação prende-se com o facto de esta candidatura não ter sido encerrada em 2001, por manifesta má gestão, o que irá acarretar para a autarquia uma penalização no valor de 36 mil euros.-----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

-----**V - ESCOLA EB 2,3/S. SACADURA CABRAL - EXPOSIÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CELORICO DA BEIRA SOBRE A AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES DO EDIFÍCIO DA ESCOLA SEDE (ESCOLA E. B. 2,3/S. SACADURA CABRAL) PARA UM ACOLHIMENTO SEDUTOR DOS DISCENTES E PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DE QUALIDADE**-----

-----Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia, foi presente documento escrito, da Escola EB 2.3./S. Sacadura Cabral de Celorico da Beira, que se apensa a esta acta (**anexo IV**), remetendo exposição do órgão de gestão do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, sobre a ausência de condições do edifício da Escola sede, para um acolhimento sedutor dos discentes e para uma prática pedagógica de qualidade. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Deputado Manuel Portugal para uma explicação mais detalhada sobre o assunto. -----

-----O Senhor **Deputado Manuel Portugal** na qualidade de Presidente do Conselho Executivo da Escola E. B. 2,3/S. Sacadura Cabral de Celorico da Beira, começou por dizer que esta comunicação vem no seguimento de na reunião do CME ter sido proposto, pelo Senhor Vice-Presidente uma rectificação à Carta Educativa, abandonando o actual projecto e regressando ao anterior. -----

-----Nesta sequência, o órgão de gestão da Escola EB 2,3 S Sacadura Cabral propôs que fosse feito um abaixo-assinado endereçado aos organismos competentes, alertando para a necessidade desta escola ser intervencionada. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que a proposta apresentada na reunião do Conselho Municipal de Educação não foi uma proposta sua, mas sim da DREC. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que a autarquia não tem a Carta Educativa homologada e como tal não puderam fazer a candidatura à primeira fase do QREN. Contudo, tal como é referido no documento apresentado pelo Agrupamento de Escolas, a construção de uma nova Escola sede em Celorico da Beira é prioritária, por todas as razões

apontadas e reconhecida pela própria DREC, como um caso de resolução urgente, entre outras três escolas, a nível nacional.-----

-----Informou que no âmbito do PIDDAC existia uma verba destinada para a construção de uma nova escola, contudo as regras alteraram-se, foi criada uma nova empresa denominada “Parque Escolar” e que está a dar prioridade à reabilitação das escolas e não à construção de novas infra-estruturas, com a agravante de iniciar esse trabalho por Lisboa, Porto e Coimbra.-----

-----Deu conhecimento que teve uma reunião com a Directora Regional da Educação, em Coimbra, onde lhe foi comunicado que Celorico teria uma escola, não sabia era para quando, também deixaram transparecer que a Carta Educativa do Concelho de Celorico da Beira teria que sofrer alterações. -----

-----Disse que tinha convidado a Senhora Directora, bem como, o Director do Parque Escolar e o Senhor Eng.º Cruz Gonçalves, da DREC, para visitarem a Escola EB 2,3 Sacadura Cabral e verificarem que tipo de escola possuímos para fazer face às exigências actuais e sensibilizá-los para que a Carta Educativa vá de encontro aos interesses do Executivo. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** questionou o Executivo sobre o porquê de a Carta Educativa ainda não estar homologada.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que a Carta Educativa contemplava a construção de uma nova escola secundária e deixou de haver verba inscrita em PIDAC para o efeito, bem como o facto da prioridade do Parque Escolar ir para a recuperação das escolas. Esta situação fez com que o processo ficasse parado na DREC, não tendo a autarquia qualquer responsabilidade nesta decisão. -----

-----O Senhor **Deputado Manuel Portugal** começou por dizer que fazia fé nas palavras dos membros do governo e o Senhor Secretário de Estado,

Valter Lemos, tinha garantido que, brevemente, a escola de Celorico da Beira seria visitada pelo Senhor Eng. Cintra Nunes, para fazer um diagnóstico da situação da infra-estrutura.-----

-----Reiterou que a Carta Educativa que tinha sido aprovada neste órgão é o documento em que, a comunidade política, educativa e social se revê e aquele que serve os interesses de todos.-----

-----Referiu que no documento que foi enviado à Senhora Ministra da Educação, frisaram o facto da cobertura dos pavilhões, que para além de terem o prazo de validade ultrapassado, contem amianto na sua constituição, substância cancerígena e lesiva para a saúde pública.-----

-----Entre muitas das limitações que a escola possui, frisou a deficitária infra-estrutura de comunicações, a escola não possui um espaço informático, nem sala de estudos, nem mesmo uma biblioteca moderna, espaçosa e apelativa, tendo inclusive falta de espaço impossibilitado a candidatura à Rede de Bibliotecas Escolares, que seria inquestionavelmente uma mais valia para todo o Agrupamento.-----

-----Referiu que na sua opinião, a construção de uma nova EB 2,3 seria uma realidade incontornável, porque o edifício tem que ser obrigatoriamente intervencionado e amplia-lo é uma tarefa impossível, porque não existe espaço para tal.-----

-----Considera que a instalação de um pólo do 1.º ciclo naquele edifício é a melhor opção, usando para o efeito o quarto pavilhão, que não é pré-fabricado e tem espaço suficiente para acolher estes alunos. Referiu que este se encontra num sítio privilegiado, uma vez que naquela zona existem inúmeras infra-estruturas de apoio (Piscinas, Gimnodesportivo, Biblioteca, etc.), deixando de existir a necessidade de se recorrer a transportes, traduzindo-se num benefício quer, para os próprios alunos, quer para a autarquia.-----

-----Alertou para o facto de aquela escola contribuir para a revitalização daquela zona da Vila e que, ao deixar de existir a votaria ao mais completo abandono.-----

-----Concluiu dizendo, que por todas as razões apontadas, considera que o modelo de Carta Educativa que foi aprovada quer pelo Executivo Municipal, quer por esta digníssima Assembleia, deverá ser mantido a todo o custo, mesmo que isso se possa traduzir na impossibilidade de submeter as infra-estruturas escolares às candidaturas do QREN. -----

-----O Senhor **Deputado Carlos Ramalho** começou por felicitar o Senhor Presidente do Executivo da Escola EB 2,3 de Celorico da Beira pelo documento apresentado e lembrou que o amianto é uma substância que está claramente sinalizada como cancerígena e altamente lesiva, pelo que, na sua opinião, este deverá ser o argumento a usar, para rebater a situação, lembrando que o actual Primeiro-Ministro, já foi Ministro do Ambiente e como tal, tem que estar, necessariamente sensibilizado para estas situações. -----

-----O Senhor **Deputado Horácio Antunes** sugeriu que, depois da visita da Directora da DREC e do Eng. Cruz Gonçalves, fosse marcada uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para debater a educação no Concelho de Celorico da Beira. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** concordou com a proposta do Senhor Deputado e referiu que o Executivo tem debatido seriamente esta questão, estando empenhado em torno desta causa. -----

-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----

-----**VI - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS A 2007**-----

-----Foi presente o documento em título, aprovado por maioria, com duas abstenções, em reunião do Executivo, realizada no dia dezasseis de Abril de dois mil e oito, que fica a fazer parte integrante desta acta (**anexo V**). ----

-----  
-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu a palavra ao Senhor Vereador António Silva para uma explicação do assunto em epígrafe. -----  
-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por agradecer a presença do Dr. João Nunes nesta sessão e dizer que é a primeira vez que as contas da Autarquia são certificadas por um ROC. Disse que os resultados líquidos do exercício tiveram um aumento de 281 998,93€, passando de 37 250,84 em 2006, para 319 249,77 em 2007. -----

-----Referiu que da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados salienta-se o incremento das Imobilizações Corpóreas em Curso para 1 057 321,19€, em comparação com 2006, derivado do facto de estarem a decorrer diversas obras no Concelho, bem como, o facto de pela primeira vez serem utilizadas as contas, 36 – Matérias-primas, subsidiárias e de consumo e 2614 - Fornecedores de Imobilizado – Médio e Longo Prazo. ----

-----Mencionou ainda o facto de ter existido um decréscimo das dívidas a instituições de crédito de médio e longo prazo, em relação ao ano de 2006, no total de 813 819,36€, bem como, as dívidas a terceiros de curto prazo, no montante de 2 319 107,87€. -----

-----Informou que, comparativamente com o ano de 2006, o total do passivo teve um aumento de 991 020,63€, justificado pelas obras financiadas pelo QCA III.-----

-----Referiu que a percentagem de execução orçamental no ano de 2007 foi de 43,77% na despesa e 43,04% na receita, tendo existido um ligeiro aumento relativamente ao ano de 2006.-----

-----Referiu que o Executivo à imagem do ano de 2006, também em 2007 deu especial atenção a projectos financiados pelo QCA III, dando como exemplo algumas obras que resultaram de candidaturas apresentadas: Centro Cultural, Gimnodesportivo, Piscinas Municipais, Torre de Menagem do Castelo de Celorico da Beira, etc.-----

-----Relativamente à situação financeira do Município referiu que, embora em recuperação, continua debilitada, salientando contudo que apesar de todos os condicionalismos o Município de Celorico da Beira durante o ano de 2007, saiu dos lugares cimeiros da lista dos municípios mais endividados, tendo recuperado 17,58% em termos de endividamento de médio e longo prazo e 11,6% em termos de endividamento líquido, ou seja, acima dos 10% impostos pela DGAL e pela Nova Lei das Finanças Locais. -

-----No final de 2007 a dívida a terceiros do Município era de 10 456 406,15€, valor este que é inferior em 445 921, 81€, ao registado no início de 2007. -----

-----Esclareceu que o agravamento das taxas de juro impostas pelos mercados acentuou a debilidade financeira do município, no entanto, a melhoria da capacidade negocial, fez com que os encargos gerais com juros suportados diminuíssem na ordem de 137 447,34€.-----

-----Informou que a tesouraria do Município continua a ser deficitária face às dívidas a terceiros de curto prazo, que, embora, o balanço apresente uma redução de 2 319 107,87€ de diminuição, continua a ter uma pesada herança nas contas de 22 a 26.-----

-----Relativamente aos custos com pessoal, o aumento registado fica a dever-se essencialmente ao aumento da despesa provocada pelo incremento das taxas sociais. -----

-----Relativamente à situação patrimonial frisou que o Executivo continua empenhado na identificação e registo de todos os bens patrimoniais do Município. -----

-----Por último, referiu que a manter-se este quadro de gestão e com uma forte contenção na despesa, talvez 2012 ou 2015 seja um horizonte de tranquilidade nesta autarquia. -----

-----Concluiu dizendo, que os documentos ora apresentados, foram fruto de muitas horas de trabalho e grande profissionalismo de todo o pessoal da área financeira. Aproveitando para fazer um repto ao Executivo no sentido

de que no próximo orçamento exista uma verba para atribuição de prémios de produtividade aos funcionários da autarquia. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** pretendeu saber qual a diferença entre reclassificações e promoções.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez um resumo do quadro de pessoal existente no Município, dando conhecimento do número de promoções, contratações e reclassificações. Esclareceu a Senhora Deputada referindo que promoções, fazem-se dentro da mesma carreira, existindo unicamente mudança de índice e são efectuadas de 3 em 3 anos, desde que os funcionários preencham os requisitos necessários, já as reclassificações acontecem quando os funcionários mudam de carreira, por diversos motivos, ou porque estavam a desempenhar funções de uma outra carreira, ou porque adquiriram habilitações literárias.-----

-----Em termos de recursos humanos esclareceu que este Executivo tem como princípio promover todos os funcionários que preencham os requisitos para tal, não existindo qualquer arbitrariedade neste processo. -----

-----Mencionou que nem sempre foi assim, já que existem registos do passado, bastante penalizantes para os funcionários. Dando como exemplo funcionários que não eram promovidos desde 1978, bem como, outros que não o foram, mas que recorreram ao tribunal, ficando esta autarquia obrigada a pagar as quantias relativas às diferenças salariais e caso não o faça até final do próximo mês será nomeado à penhora de 1/3 da remuneração mensal auferida pelo actual Presidente da Câmara.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** mencionou o facto de o endividamento a médio e longo prazo do Município, em 2007, ser de 17,5% e o endividamento líquido ser de 11,6%, muito superior ao imposto por lei, sendo um exemplo a nível nacional. A redução do endividamento foi conseguida sem qualquer influência dos empréstimos, mesmo porque o

montante dos empréstimos aprovados no ano passado só entrou em tesouraria este ano. -----

-----Reiterou que a autarquia apesar de ter tido uma brilhante recuperação continua obrigada a fazer uma gestão criteriosa.-----

-----O Senhor **Deputado Carlos Ramalho** começou por dizer que ouviu atentamente a brilhante exposição do Senhor Vereador António Silva que tem sempre o cuidado de frisar os bons e os maus momentos na gestão da autarquia. -----

-----Referiu que as exposições do Senhor Vereador têm sempre como ponto de referência o mandato anterior e gostaria que essas projecções fossem um pouco mais atrás, há 15 anos atrás, porque foi sempre a mesma força política que governou e seria interessante verificar a evolução, quer na despesa, quer na receita.-----

-----Relativamente ao funcionário que não tinha sido promovido desde 1978, pretendeu saber de quem se tratava e os motivos que provocaram esta situação. -----

-----Em relação à acção no Tribunal Judicial de Castelo Branco disse que considerava insólito o facto de o Senhor Presidente ter uma obrigação pessoal, sobre um acto que foi praticado no passado, do qual não é responsável, a existir deveria ser da Autarquia e nunca do Presidente. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que tinha como ponto de referência o ano de 2002, porque foi a partir daí que começou a haver registo informático e o arquivo não permite fazer este tipo de pesquisa. -----

-----O **Senhor Presidente da Câmara** comunicou ao Senhor Deputado que não poderia dar a informação relativa ao funcionário, por ser confidencial.-----

-----**Submetidos os Documentos de Prestação de Contas de 2007 a votação, foram os mesmos aprovados por maioria, com três abstenções.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VII - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMCEL RELATIVOS A 2007** -----

-----Para efeitos da alínea c), do número um, do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove, barra, noventa e nove, com as alterações da Lei cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, foram presentes os Documentos de Prestação de Contas da EMCEL relativos a 2007, que ficam apensos a esta acta (**anexo VI**), tendo o Senhor Presidente da Câmara feito a respectiva apresentação. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** delegou de novo a palavra no Senhor Vereador António Silva para uma explicação mais detalhada, relativa ao assunto em epígrafe. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** fez uma síntese do documento apresentado, salientando que durante o ano de 2007, a Administração da Empresa centrou os seus esforços no sentido de conseguir atingir os objectivos a que se propôs no ano transacto, tendo implementado algumas medidas que tiveram como objectivo a reestruturação, organização e saneamento financeiro, que se revelaram imprescindíveis para que no futuro a EMCEL se torne uma empresa financeiramente equilibrada. -----

-----Referiu que o resultado líquido do exercício previsto foi de 125 611,80€, o obtido foi de 1 896,39€, verificando-se um desvio de (-) 123 715,41€, contudo é de realçar o facto de pela primeira vez se alcançar um resultado do exercício positivo. -----

-----Informou que, a Administração da EMCEL, para ano de 2008 irá encetar todos os esforços no sentido de tornar a Empresa numa instituição

organizada, capaz de prestar bons serviços à comunidade onde se insere, dando continuidade ao seu saneamento financeiro e restaurar e dinamizar as suas actividades. -----

-----Assim, atendendo a que se verifica uma certa estabilidade no crescimento da dívida, com a componente económica controlada, bem como, os custos operacionais, pretende-se que a EMCEL atinja determinados objectivos, tais como: -----

-----Ao nível de investimentos: Criação de uma frota automóvel; Criação de uma unidade de limpeza de espaços, manutenção pública e privada; Criação de uma unidade de apoio a actividades escolares, bem como, sejam concretizados alguns arrendamentos de espaços comerciais pertencentes à Empresa (Centro Coordenador de Transportes, Chiado, em Lisboa e Bar do Jardim), valores que servirão para um incremento financeiro bastante satisfatório. -----

-----Em termos de resultados referiu que a Administração da EMCEL, em 2007, geriu a empresa sem recorrer ao aumento de crédito bancário, assim como, sem usufruir das quantias previstas no contrato-programa estabelecido entre o Município, situação que se reflectiu numa menor diminuição do Passivo. -----

-----Informou ainda que a recuperação financeira da EMCEL, dada a índole marcadamente social das suas actividades, depende em muito da forma como o Município disponibiliza meios financeiros suficientes não só para compensar devidamente as actividades desenvolvidas de índole social, a manutenção de equipamentos altamente dispendiosos, mas também para fazer face aos compromissos financeiros assumidos pela EMCEL no passado e que a Empresa só por si não será capaz de satisfazer. -----

-----Frisou que os resultados operacionais correntes, antes de impostos líquidos melhoraram significativamente. -----

-----Felicitou os funcionários da EMCEL pelo empenho na prossecução dos objectivos propostos pela Administração, referindo, contudo que em

algumas unidades terá que existir uma atitude mais agressiva, em termos comerciais.-----

-----Por último, referiu que pese embora a Autarquia tenha injectado dinheiro na Empresa, através do subsídio do contrato-programa, a Empresa está de parabéns porque começou a demonstrar que consegue sobreviver e caminhar para uma auto-suficiência. -----

-----A Senhora **Deputada Silvina Santos** referiu que as Piscinas Municipais têm uma forte componente social, logo, dificilmente conseguirão ser rentáveis, no entanto, congratula-se com o facto de todos os alunos terem acesso a este equipamento, gratuitamente.-----

-----O Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Minhocal** começou por assinalar a transparência das contas da Autarquia e da EMCEL e o excelente trabalho apresentado. -----

-----Relativamente às contas da EMCEL questionou o facto de a Administração ter conseguido obter o Resultado Líquido apresentado, sem ter recorrido quer, à totalidade do subsídio transferido pela Câmara Municipal, quer a empréstimos. -----

-----Pretendeu ainda saber o porquê de ter havido um acréscimo de 9 funcionários, no quadro de pessoal da Empresa Municipal.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** informou que, tal como havia sido aprovado em orçamento, foi criada uma nova unidade de gestão, que dá apoio às escolas, tendo sido contratadas 9 Auxiliares da Acção Educativa.--

-----Informou que para além desta unidade, e, também, tal como foi orçamentado irá ser criada uma nova unidade de negócios de jardinagem, havendo no futuro necessidade de contratar mais uma ou duas pessoas.----

-----Mencionou que estas unidades de negócio terão que ser financeiramente autónomas, situação que figurará no contrato dos funcionários, como condição.-----

-----  
-----**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----  
-----

-----**VIII - ADESÃO À ZIF E NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA AUTARQUIA**-----

-----Foi presente informação técnica dando conhecimento que as ZIF são áreas territoriais contínuas e delimitadas, constituídas maioritariamente por espaços florestais, que são submetidas a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta. A área territorial das ZIF compreende um mínimo de 1000 ha e inclui no mínimo 50 proprietários ou produtores florestais e 100 prédios rústicos. As ZIF são vantajosas para o concelho, uma vez que promovem a gestão sustentável dos espaços florestais que a integram; coordenam a protecção dos espaços florestais e naturais, de forma planeada e a recuperação desses mesmos espaços afectados por incêndios; reduzem as condições de ignição e de propagação de incêndios; dão coerência territorial e eficácia à acção da administração central e local e aos demais agentes com intervenção nos espaços florestais.-----

-----Mais informa que a Celflor – Associação de Produtores Florestais de Celorico da Beira iniciou o processo de constituição da ZIF da Encosta de Linhares, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de Agosto. Da área proposta fazem parte os prédios rústicos designados Póvoa, inscritos na Repartição de Finanças com o artigo matricial n.º 927 e 901, com área de 2,88 ha e 14,66 ha respectivamente, propriedade da Câmara Municipal de Celorico da Beira e sito nas proximidades da Barragem de Salgueirais.-----

-----**Sendo esta autarquia proprietária florestal, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a adesão do Município de Celorico da Beira à ZIF da Encosta de Linhares, fazendo parte do seu Núcleo Fundador e incluindo nesta ZIF os prédios rústicos: Póvoa,**

artigo matricial n.º 927, com área de 2,88 ha e Póvoa, artigo matricial n.º 901, com área de 14,66 ha, sítios na freguesia de Prados.-----

-----Mais deliberou aceitar a nomeação do Senhor Vereador António Silva, como representante da autarquia em todos os actos e formalidades inerentes ao processo de constituição da ZIF, sendo ratificados todos os actos e intervenções já praticados, nomeadamente ter estado presente no dia 25 de Março de 2008, na constituição do Núcleo Fundador desta ZIF. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**IX - REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL E NOMEAÇÃO DE UM REPRESENTANTE**-----

-----Foi presente informação técnica dando conhecimento de que nos termos do artigo 7.º, da Portaria n.º 1474/2007, de 16 de Novembro rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 1 – C/2008, a Assembleia Municipal deverá eleger um representante, para integrar a Comissão de Acompanhamento da revisão do PDM de Celorico da Beira. -----

-----Seguidamente, de acordo com a Lei, procedeu-se por escrutínio secreto à eleição do respectivo representante, tendo-se verificado o seguinte resultado: -----

-----Horácio Monteiro Antunes: 16 votos;-----

-----Carlos Jorge Ramalho: 6 votos; -----

-----João Filipe Ventura de Almeida Carvalho: 3 votos;-----

-----José da Silva do Adro: 1 voto; -----

-----Júlio dos Santos Ambrósio: 1 voto; -----

-----António Manuel dos Reis Álvaro: 1 voto;-----

-----Albino Freire Bárbara: 1 voto; -----

-----7 votos brancos; -----

-----1 voto nulo. -----

-----**Face aos resultados atrás referidos, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, declarou eleito o Senhor Deputado Horácio Monteiro Antunes.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**X - EXTINÇÃO DA ZONA DE CAÇA MUNICIPAL**-----

-----Foi presente informação técnica dando conhecimento que através da Portaria n.º 977/2003, de 13 de Setembro foi criada a Zona de Caça Municipal de Celorico da Beira (Proc. n.º 3407 DGRF) e transferida a sua gestão para a Câmara Municipal de Celorico da Beira. -----

-----Mais informa que de acordo com a legislação vigente a transferência da gestão é por um período de seis anos, devendo a renovação acontecer no intervalo temporal que medeia entre um ano e seis meses do término desse período. -----

-----Considerando que foi apresentada uma proposta à autarquia no sentido da área total da Zona de Caça Municipal ser integrada em novas Zonas de Caça geridas por Clubes/Associações do Concelho, terá que se proceder à extinção desta Zona de Caça Municipal. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por apresentar um mapa onde estavam delimitadas as diferentes áreas de caça, constituídas pelo Concelho. Informou que a Zona de Caça Municipal não tem que ser obrigatoriamente explorada pela Autarquia, pode ser explorada por um Grupo ou uma Associação, defendendo ser esta a opção mais eficiente em termos de gestão, uma vez que estas instituições estão mais vocacionadas para fazerem uma correcta administração dos recursos cinegéticos. -----

-----Informou que a Autarquia no passado, não fazia qualquer investimento nesta área (re povoamento ou segurança), assim, como não tinha qualquer registo de receitas. Situação que foi corrigida a partir de 2005. -----

-----Referiu que as propostas apresentadas pelas várias associações convergiram nas intenções da autarquia e deram origem a uma proposta que passa pela celebração de um contrato programa de 3 anos, que tem como prioritário o repovoamento, a delimitação dos espaços e o apoio técnico na gestão, designadamente através do Gabinete Florestal que detém um vasto conhecimento do assunto. -----

-----Nestes 3 anos será vedado o acesso a caçadores de fora do Concelho. -----

-----Referiu que o único local que não vai ser gerido por uma associação é a zona de caça da Carrapichana, porque os caçadores não se constituíram e a Junta de Freguesia, para não deixar extinguir esta actividade, irá gerir esta zona. -----

-----Por último, lançou um repto a todas as associações para criarem uma federação municipal de caça. -----

-----O Senhor **Deputado Horácio Antunes** começou por dizer que discorda que as outras associações que já estão constituídas e foram pioneiras, não tenham apoios da autarquia, tal como estas vão ter. -----

-----Questionou ainda, se a autarquia não está vocacionada para fazer a gestão da Zona de Caça Municipal e se poderá ser uma Junta de Freguesia a fazê-lo, em termos legais, se sim, louva a iniciativa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Carrapichana. -----

-----O Senhor **Deputado Carlos Ramalho** referiu se foi tido em conta o impacto no comércio local, caso os caçadores de fora não possam vir caçar às zonas de caça do Concelho. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que Celorico da Beira é estrategicamente um ponto de passagem para os caçadores e o facto de não caçarem no Concelho não os impede de fazerem aqui o seu ponto de encontro, como vem acontecendo há já muitos anos. -----

-----Referiu que o Concelho pretende apostar no turismo cinegético e deu conhecimento que foram largadas, no concelho de Celorico da Beira, 1050 perdizes, num investimento total de cerca de 10 000 euros, proveniente das receitas municipais da caça. -----

-----**A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com cinco abstenções, extinguir a Zona de Caça Municipal de Celorico da Beira, criada pela Portaria n.º 977/2003, de 13 de Setembro.**-----

-----**Mais deliberou concordar com a proposta apresentada, no sentido da área total de Caça Municipal poder ser integrada em Novas Zonas de Caça geridas pelas Associações e Clubes do Concelho.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**XI – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia foi presente uma informação do Gabinete de Acção Social dando conhecimento do assunto em epígrafe, referente ao ano de 2007, para aprovação e que fica apenso a esta acta (**anexo VII**). -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** fez um resumo do documento em análise dando conhecimento que existiram 41 processos, 26 dos quais transitados de anos anteriores e de outros concelhos e 15 abertos em 2007.

-----Relativamente às problemáticas sinalizadas, 22 foram por negligência, 16 por maus tratos e 3 por problemas de saúde. -----

-----**A Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com uma abstenção, aprovar o referido Relatório, nos termos do n.º 2, do art.º 32.º da Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro.**-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Esgotada a ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar, a Sessão foi dada por encerrada pela Senhora Presidente da Mesa da Assembleia à uma hora, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.-----